

UM OLHAR DE RELANCE SOBRE O RETRATO DOS PORTUGUESES E DOS “OUTROS” NA OBRA *PEREGRINAÇÃO* DE FERNÃO MENDES PINTO

Carla Sofia Gomes Xavier Luís (UBI)
Alexandre António da Costa Luís (UBI)

ABSTRACT

The profile of the Portuguese as travelers, emigrants, adventurers, among other aspects, usually seeking fortune, is widely mentioned by various sources. Among the panoply of travel writings written by Portuguese authors in the 15th, 16th and 17th centuries, as a result of wanderings through various places around the world, it is imperative to highlight the *Peregrinação* by Fernão Mendes Pinto (who was a soldier of fortune, pirate, merchant, agent and diplomat for 21 years in Ethiopia, Persia, Malaya, India, Burma, Siam, Cochinchina, China and Japan), printed in Lisbon, in 1614, 31 years after the death of its writer. This work, which was unquestionably a “bestseller” in the 17th century and which has proved to be an attractive source of intertextual dialogue, has several editions, global or partial reprints, translations and brings together numerous works of critical analysis about it, becoming the object of readings, rereadings and even some rectifications, especially in what concerns the topics of credibility and historicity. Focusing our attention on such a monument of Portuguese and universal travel literature, we seek, with this article, to X-ray some of the features that build the portrait with which the Portuguese are displayed, reproducing the same exercise in relation to the several Asian cultures and civilizations exposed in the account of the “adventurer-penitent” that was Fernão Mendes Pinto, who, undoubtedly, when in contact with different realities, collected incredible experiences and life lessons, performed countless tasks and missions and extracted a universalism that runs through the *Peregrinação*.

Keywords: Fernão Mendes Pinto; *Peregrinação*; Travel; Portuguese; Asian.

RESUMO

O perfil dos portugueses como povo de viajantes, de emigrantes, de aventureiros, entre outras facetas, não raro em busca de fortuna, é sobejamente mencionado por diversas fontes. Entre a panóplia de escritos de viagens elaborados por autores lusos nos séculos XV, XVI e XVII, em consequência das andanças por variadíssimos lugares

do orbe, importa forçosamente realçar a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto (que foi soldado de fortuna, pirata, comerciante, agente e diplomata durante 21 anos na Etiópia, Pérsia, Malásia, Índia, Birmânia, Sião, Cochinchina, China e Japão), impressa em Lisboa, em 1614, 31 anos após a morte do seu redator. Esta obra, que constituiu indiscutivelmente um “*best-seller*” no século XVII e que se tem revelado uma aliciante fonte de diálogo intertextual, regista uma série de edições, reimpressões globais ou parciais, traduções e reúne a seu respeito numerosos trabalhos de análise crítica que a tornam objeto de leituras, releituras e inclusive de algumas retificações, nomeadamente no que diz respeito aos tópicos da credibilidade e da historicidade. Focalizando a nossa atenção em tal monumento da literatura portuguesa e universal de viagens, procuramos, com o presente artigo, radiografar alguns dos traços que compõem o retrato com que os portugueses são exibidos, reproduzindo o mesmo exercício em relação a várias culturas e civilizações asiáticas expostas no relato do “aventureiro-penitente” que foi Fernão Mendes Pinto, o qual, sem dúvida, ao contactar com realidades distintas, colecionou experiências e lições de vida incríveis, desempenhou inúmeras tarefas e missões e extraiu um universalismo que perpassa a *Peregrinação*.

Palavras-chave: Fernão Mendes Pinto; *Peregrinação*; Viagens; Portugueses; Asiáticos.

Recebido em 14 de abril de 2023

Aceite em 23 de maio de 2023

Desde cedo na história lusa, foram muitos os portugueses que, pelos mais diversos motivos (comerciais, religiosos, diplomáticos, de mera curiosidade, etc.), se envolveram em viagens, quer por terra quer por mar, dirigindo-se para áreas como, por exemplo, o Mediterrâneo e o Norte europeu. A partir do século XV, já com a dinastia de Avis no poder, Portugal voltou-se para o universo ultramarino, transformando-o num espaço privilegiado de aquisição de recursos em nome do crescimento e do desenvolvimento do reino e num recinto onde o país expandia a fé cristã e edificava o seu Império. Naturalmente, os portugueses, ao ocuparem o papel de pioneiros dos Descobrimientos, “que funcionaram como a chave de ignição da globalização” (Costa 2022: 376), viram, sem surpresa, o seu património de viagens, mormente marítimas, registar um aumento considerável. É, pois, incontornável que, graças à determinação humana e a um arsenal de técnicas e de conhecimentos de vanguarda, Portugal contribuiu decisivamente para a dinâmica de gradual desencravamento relacionador à escala tendencialmente planetária, colocando a Europa em contacto com povos e locais outrora ignotos ou pouco conhecidos.

Refira-se, de igual forma, que, no seguimento das navegações e das conquistas, a língua portuguesa obteve uma assinalável difusão. Assim, no que toca por exemplo ao Oriente, por onde circulou o nosso protagonista, Fernão Mendes Pinto, figura central do presente estudo, em carta de 8 de maio de 1545, o padre Francisco Xavier, um dos maiores vultos do fenómeno missionário, revela-nos a que ponto o português já então se encontrava espalhado por tais paragens, uma vez que menciona que “si da nosa Companñia vieren algunos estrangeiros que não saben falar portugues, hé necesario que aprendan a falar, porque de otro jeto não habrá topaz que os entenda” (Rego 1992: 167).

A dimensão dos portugueses como povo de viajantes, de emigrantes, de aventureiros, entre outros aspetos, não raramente em busca de riqueza, é facilmente captada pela leitura de vários textos. No que diz respeito ao rol de escritos de viagens redigidos por autores lusos, e particularmente no que se refere às andanças no século XVI pelo Oriente, que ocupava um lugar de especial relevo no imaginário português e europeu, urge necessariamente sublinhar a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, publicada pela primeira vez em Lisboa, em 1614, 31 anos após a morte do seu redator. Não é excessivo frisar que a *Peregrinação* compõe um livro precioso para o conhecimento

do Portugal de Quinhentos e para a reconstituição do quotidiano luso nos palcos orientais. Esta obra apresenta um conjunto de edições, reimpressões globais ou parciais e traduções, usufrui de um enorme manancial de trabalhos de análise crítica produzidos a seu respeito e ainda continua nos dias de hoje a transmitir uma mensagem com focos de atualidade, além de constituir uma fértil fonte de diálogo intertextual, fenómeno expresso, por exemplo, na literatura contemporânea por textos como a *Peregrinação de Barnabé das Índias* de Mário Cláudio. A *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, pela sua dimensão, alcance, complexidade (basta pensarmos no amplo leque de matérias que toca e nos géneros literários que encerra) e polémica gerada em seu redor, tem vindo a ser objeto de diversas revisitações (cf., entre outros, Saraiva 2010: 129-142).

Ora, concentrando a nossa atenção na abordagem desta vibrante obra da literatura portuguesa e universal de viagens, de reconhecido mérito ao nível de tópicos como o encontro de culturas diferenciadas (Castro 1993; Soares e Soares 2019), requisito indispensável à dinâmica de aproximação da humanidade, é nosso propósito maior, por via do presente trabalho, debuxar umas breves linhas em torno de algumas das principais feições concernentes aos portugueses e às culturas e civilizações asiáticas (veja-se o caso da China, que surge em Fernão Mendes Pinto eivada de um certo sentido utópico) que são expostas ao longo da narrativa deste apelidado “aventureiro-penitente” (Lourenço 1979). Ao conviver com ambientes distintos, Fernão Mendes Pinto colecionou experiências e lições de vida, amadureceu o seu espírito, cumpriu variadas tarefas e missões e extraiu um universalismo, ligado mormente a questões de moral, de justiça e de ordem, que perpassa a *Peregrinação*. Ao contrário de outros portugueses que decidiram ou viram-se obrigados a permanecer em diferentes regiões do recinto oriental, perfilhando, por vezes, outros hábitos, convicções e até religiões, Fernão Mendes Pinto, acompanhado do seu estatuto de cristão e de uma forte gratidão para com o “Rey do Ceo” (Pinto 1998: 717), note-se, acabou por retornar, em 1558, ao país de onde partira, formando família e encerrando o ciclo do seu périplo. Deixou-nos, para nosso deleite, este movimentado e enérgico monumento humano, repleto de imagens, de impressões e de sentimentos, que é a *Peregrinação*.

Não temos, malogradamente, muitos dados seguros sobre a vida de Fernão Mendes Pinto. Acredita-se que terá nascido no seio de uma família de parcos recursos, por volta de 1510, na vila de Montemor-o-Velho, perto de Coimbra, e que foi pela mão de um tio que chegou a Lisboa em 1521,

o grande centro da economia e da sociedade portuguesas, na altura com cerca de 60 000 habitantes. Em relação aos anos imediatos, é apontado, por exemplo, que Mendes Pinto serviu em casas nobres; que viu a sua vida em risco; que esteve em fuga e que foi pela primeira vez feito prisioneiro. São, portanto, reportadas uma série de vivências e de peripécias que culminaram com o seu embarque para o além-mar, em busca de rápida fortuna. Com efeito, é bom não esquecer que, numa época marcada por avultadas fragilidades económicas, onde a miséria, a fome e a insatisfação com a situação social grassavam com assiduidade junto de vários setores da população, muitos portugueses viram-se na inevitabilidade de procurar uma solução para os seus problemas através da ida para os espaços ultramarinos. Não raramente, restava-lhes, como especifica João Marinho dos Santos,

partir com dor (com saudade), [...] sempre no *fio da navalha* de um processo ao mesmo tempo colectivista (sob os auspícios da Coroa/Estado, ou seja, sob a forma da colonização) e tendencialmente individualista/emigratório (já que o desejo de enriquecer rapidamente e/ou de viver *livremente* não cessava de progredir) (Santos 1998: 15).

Por conseguinte, Fernão Mendes Pinto, vivenciando profundamente o momento histórico do país e motivado pela necessidade, pela curiosidade e, por certo, pela ambição pessoal, acaba por deixar Lisboa, concretamente a 11 de março de 1537, participando, deste modo, na aventura da Expansão Ultramarina, tendo chegado a Diu, Índia, a 5 de setembro desse mesmo ano. Iniciava-se assim uma correria de deambulações por terras e mares asiáticos que durou 21 anos. Durante esse período, atuou, por exemplo, como soldado de fortuna, pirata, comerciante, agente, diplomata e, segundo conta, terá sido “treze vezes catiuo, & dezasete vendido, nas partes da India, Etiopia, Arabia feliz, China, Tartaria, Macassar, Samatra, & outras muitas prouíncias daquelle oriental arquipelago, dos confins da Asia, a que os escritores Chins, Siames, Gueos, Elequios, nomeão nas suas geografias por pestana do mûdo” (Pinto 1998: 13). Sabe-se que, enquanto comerciante, conseguiu reunir um património considerável, que, todavia, a sua condição de irmão da Companhia de Jesus (1554-1556) acabou por levar ao abandono de copiosa parte (Barreto 1998: 33). Tendo regressado a Portugal, em 1558, este novo homem, claramente mais experiente com as coisas terrenas e com as coisas divinas, dispunha de uma riquíssima cultura da vida e gozava igualmente da fama de grande conhecedor das matérias orientais, de modo particular da China. Foi consultado por destacadas figuras nacionais e estrangeiras da

época, como, por exemplo, João de Barros, Bernardo Néri, Giovanni Pietro Maffei. Casou com Maria Correia de Brito, de quem teve a sua prole, e estabeleceu-se na quinta do Pragal, perto de Almada, local onde chegou a exercer as funções de juiz e onde terá escrito a *Peregrinação*, acabando por vir a falecer a 8 de julho de 1583. Adite-se que, pouco antes, o rei Filipe I lhe concedera uma tença anual de dois moios de trigo (Barreto 1998: 35).

A *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, obra provavelmente redigida entre os anos de 1568 e 1578 e qualificada pelo próprio autor como “rude & tosca escritura, que por erança deixo a meus filhos [filhas] (porque só para elles he minha tenção escreuella” (Pinto 1998: 13), arranjada para edição por Francisco de Andrade (1540-1614), cronista-mor do reino, que morava igualmente em Almada, foi publicada pela primeira vez em Lisboa, corria o ano de 1614 (Barreto 1998: 40-41). É digno de nota que tenha sido consultada e citada ainda na sua versão manuscrita. O livro compõe, sem margem para dúvidas, um dos maiores sucessos da cultura portuguesa, evidenciando-se, já no século XVII, à luz do panorama editorial de então, revelador da “grande divulgação europeia do nome e obra-prima de Fernão Mendes Pinto” (Moniz 1999: 12), como “um autêntico *best-seller*” (Moniz 1999: 12), que quase rivaliza em êxito com Cervantes (Coelho 2001: 198). Ao longo da sua vida plurissecular tem registado, como já se referiu, múltiplas edições, reimpressões, globais ou parciais, e diversas traduções para várias línguas, de entre as quais o espanhol, o inglês, o francês, o holandês, o alemão (Coelho 2001: 198; Barreto 1998: 42-43).

Atendendo ao sucesso desta publicação, facilmente se adivinha que a receção crítica da mesma só podia ser volumosa e diversificada. Esta longa narração de 226 capítulos assenta plausivelmente numa tríade de possibilidades de episódios: “autobiográficos”, “testemunhados” e “apenas transmitidos” (Correia 2002: 59). Ao tocar um enorme rol de temas dignos de estudo, tem vindo, forçosamente, a ser objeto de diversas leituras, releituras, revisitações e inclusive de algumas retificações. A título de exemplo, Rui Loureiro lembra que a *Peregrinação* viu, nos tempos mais próximos, “confirmada uma credibilidade e uma historicidade que haviam sido contestadas praticamente desde os dias da primeira edição” (Loureiro 2002: 349). Na mesma linha de pensamento, António Borges Coelho escreve que

a *Peregrinação* é um todo verdadeiro mesmo que se prove, se é possível, que tal acontecimento é imaginado, que tal ou tal facto não é exacto. No seu todo, a vida recriada na prosa de Fernão Mendes Pinto é, no essencial e avassaladoramente, verdadeira (Coelho 2001: 202; cf., ainda, Castro 1993: 29, 30 e 33).

Mais recentemente, também Paulo Jorge de Sousa Pinto conclui que

a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto é uma fonte histórica ímpar porque permite lançar um olhar crítico e vivencial sobre a realidade concreta dos portugueses que seguiam para a Índia, como marinheiros ou soldados, e que frequentemente tentavam a sorte e procuravam a fortuna por sua conta e risco; é uma visão que muitas vezes diverge da imagem que nos é fornecida pela documentação oficial, mas seguramente mais interessante e próxima da realidade (Pinto 2013: 104).

Em termos gerais, a *Peregrinação* é usualmente percebida ora como exposição adversa ao expansionismo português, ora como título marcante da literatura de viagens favorável aos desígnios ocidentais e, naturalmente, lusos. Nos últimos anos, temos, de igual modo, assistido ao surgimento de estudos que procuram “equilibrar e relativizar as teorias sobre o livro” (Nepomuceno 2013: 46). No fundo, é inquestionável que a obra em apreço enfrenta múltiplas polémicas, em resultado das substanciais divergências interpretativas veiculadas pelos seus estudiosos. Por exemplo, os trabalhos de Rebecca Catz (1978; 1981) e de António José Saraiva (1958; 1962), fomentadores das teses do “impulso satírico dominante” direcionado “contra a ideologia da Cruzada portuguesa no Oriente” e do “romance picaresco” e do autor como “anti-herói” ou “pícaro”, têm recebido mais recentemente um conjunto de críticas, conforme anota Luís Nepomuceno (2013: 51-52), entre outros especialistas.

Apesar do muito que refere na sua obra, Fernão Mendes Pinto declara que deixou “de contar muytas cousas”, nomeadamente por julgar que as maravilhas que tanto o deslumbraram poderiam “fazer duuida aos que as lerem, & também por não dar materia a murmuradores & gente praguenta, que querem julgar das cousas conforme ao pouco que elles viraõ, & que seus curtos & rasteiros entendimentos alcanção, de lançarem juyzos sobre as verdades que eu vy por meus olhos” (Pinto 1998: 329). Assim, é, sem surpresa, a visão do aventureiro que o diferencia da “gente que vio pouco do mûdo” e que “costuma dar pouco credito ao muyto que outros viraõ” (Pinto 1998: 44). Tal visão confere à vida de Mendes Pinto um valor determinado pelo conhecimento adquirido através do contacto com outros povos, lugares e costumes e à *Peregrinação* uma especial valia decorrente da substância tratada proveniente do encontro de culturas.

“A Fernão Mendes Pinto interessa sobremaneira a humanidade dos orientais”, explica Marília dos Santos Lopes (2015: 89). Em virtude da sua

abertura ao *Outro*, do convívio e comunicação entre povos e culturas diferentes que revela,

a *Peregrinação* não ficará [...] pela apresentação dos “trabalhos e infortúnios” do “pobre de mim” do narrador, mas apresenta um vivo e colorido relato de costumes, usos e hábitos, em suma, vozes e testemunhos representantes da condição e experiências humanas que o viajante aprende a conhecer e a estimar (Lopes 2015: 89).

Como foi dito anteriormente, focalizando o nosso olhar nesta destacada peça da literatura portuguesa e universal de viagens, que é tida como um dos documentos mais marcantes do “fenómeno de aculturação, de âmbito intercontinental”, constituindo o seu redator “um dos exemplos mais perfeitos das andanças dos Portugueses pelo mundo em pedaços repartidos” (Castro 1993: 12 e 13, respetivamente), pretendemos repassar alguns dos traços mais salientes com os quais estes últimos são retratados e levar a cabo um exercício análogo para as culturas, civilizações e impérios asiáticos expostos no relato deste aventureiro.

Da leitura de *Peregrinação*, percebemos que a cultura europeia e lusíada de Quinhentos impregna o texto, mas é recorrentemente enriquecida pelo encontro com e a descodificação do *Outro*, sendo ainda de sublinhar que a obra não deixou de evoluir com o seu redator. Como é sabido, o tema da ideologia que atravessa o texto mendesiano está longe de ser consensual, visto que figuram certas passagens que, uma vez confrontadas, deixam no ar sensações díspares. Afinal, vivia-se uma época marcada pela vertigem do espaço e pela explosão de informações, na qual o autor, formatado numa determinada cultura/ideologia típica da Europa cristã, enfrenta a descoberta de novos mundos, de novas realidades, restando saber até que ponto poderá ter oscilado entre o questionamento de alguns aspetos e atitudes protagonizados pelos atores ocidentais e a lealdade à herança cultural e formativa que transporta de origem. Talvez por isso vale a pena reportar a opinião expressa por João David Pinto-Correia:

Nele encontramos bem profundas as marcas da ideologia religiosa e de classe do Autor, mas sempre com a capacidade do homem agora a abrir-se ao mundo então desconhecido. Tem-se julgado, por vezes, que, por aquilo que escreveu, quanto à sua ousadia ou à “infracção” ao oficialmente dito, Mendes Pinto escapava à ideologia dominante do “cristão ocidental” – “português colonizador”. Assim parece, por vezes. [...] No entanto, outras passagens vão de-

monstrar-nos que Mendes Pinto foi bem um homem integrado na ideologia dominante do seu tempo (Pinto-Correia 2002: 86-87).

A *Peregrinação* é, sem dúvida, fértil em episódios em que os povos da Ásia dirigiam considerações bastante nefastas acerca dos portugueses, traçando, portanto, um retrato negativo, sinistro e ruinoso destes representantes da Europa. A obra de Fernão Mendes Pinto apresenta vários trechos onde os orientais formulam críticas ao comportamento dos portugueses, expostos, por exemplo, como mentirosos, gananciosos e ladrões, defeitos que não eram apenas apanágio dos mercadores, mas que chegavam até a atingir altos representantes da Coroa lusíada (Soares e Soares 2019: 126). De entre os excertos onde a crítica é mais veemente, ouçamos aquele que nos dá conta de um monumento que continha a seguinte inscrição: “Aqy jaz Trannocem Mudeliar, tio del Rey de Malaca, a quem a morte leuou antes que Deos o vingasse do Capitão Albuquerque, lião dos roubos do mar” (Pinto 1998: 253). Afonso de Albuquerque, que reúne a seu respeito grandiosos epítetos, como o de *Leão dos Mares*, e que é reconhecido pela memória nacional como um dos magnos heróis da Cruzada e do Império, é aqui encarado pelo olhar da gente oriental como uma figura que ilustrava a cobiça, o roubo e a falta de dignidade.

Na *Peregrinação*, opinamos que o seu autor, com maior ou menor inocência, procurou reproduzir grande número de visões patentes no recinto asiático, gerando assim mais realismo. O livro de Mendes Pinto ostenta, deste modo, uma profundidade plural, multidimensional e, por vezes, mesclada. Ou seja, manifesta várias perspectivas ou dimensões, de onde destacamos uma que é mais de cunho nacional, exibindo uma feição patriótica, mas sem ser excessiva, outra oriental, centrada no olhar dos asiáticos e, portanto, que dá voz e expressão à denúncia que fazem em torno dos excessos cometidos pelos portugueses, e uma outra mais universal, por assim dizer, porquanto os aspetos depreciativos que surgem na obra, como a ganância, a mentira, a traição, a intolerância, o roubo, a violência, etc., não são exclusivos de nenhum dos lados, mostrando antes um quadro que obedecia, em rigor, às leis dos mares orientais ou, se quisermos, a um mundo em desordem. Esta dimensão mais universal abarca ainda as passagens onde Mendes Pinto, liberto das amarras do eurocentrismo, menos na questão religiosa, manifesta a sua admiração pela perfeição de certas sociedades locais, mormente a chinesa, percecionada como uma espécie de utopia que se contrapõe ao universo em desalinho. No entanto, como a China pecava no plano da fé, entendemos

que Mendes Pinto completava o receituário para enfrentar os males do mundo com o modelo que era veiculado pelo dileto representante da Companhia de Jesus, o “Santo Padre mestre Francisco Xauier, unica luz & resplendor daquellas partes do Oriente” (Pinto 1998: 11), de cuja morte e enterro o autor irá dar conta. Enfim, o universalismo mendesiano não deixa de estar ligado aos ensinamentos de natureza moral adquiridos através de uma vasta lista de experiências e logicamente a um conjunto de valores defendidos, tais como a liberdade, a justiça, a harmonia, a ordem social e política.

Urge, portanto, clarificar que a *Peregrinação* não pode simplesmente ser observada a preto e branco, ou, por outros termos, à luz de uma apreciação em que os bons são os orientais e os maus os portugueses, ou vice-versa. Torna-se mesmo difícil aceitar que, no seu cerne, o livro em estudo reflita declaradamente uma visão antinacionalista, de absoluta condenação do imperialismo luso, hipótese pouco credível e até mesmo anacrónica, atendendo à contagiante empresa expansionista então em marcha, principal eixo da vida nacional e o mais caro projeto de poder, onde, note-se, a atividade mercantil, a fé e o império andavam com frequência de mãos dadas (Moniz 1999: 168; Jorge 1999: 79). Na verdade, importa perceber que “a literatura de Expansão só pode ser entendida numa perspectiva de utilidade patriótica: o relato da viagem tem por função fornecer uma descrição verídica e completa do mundo que é descoberto”, escreve Célia Carvalho (1999: 32). Por esta ordem de ideias, facilmente se compreende que na *Peregrinação* haja espaço para uma panóplia de descrições e de dados de natureza estratégica e comercial, entre outros, fornecidos a respeito das terras achadas, que compõem informações de interesse para o poder expansionista europeu. Não se pode fechar os olhos a este aspeto. Repare-se no episódio referente ao nautaquim da ilha de Taxinumá e a D. João III:

São muyto comedores, & dados às delicias da carne, pouco inclinados às armas, & muyto falto dellas, por onde parece que será muyto facil conquistallos, em tanto que no anno de 1556. chegou a Malaca hũ Portuguez por nome Pero Gomez Dalmeyda, criado do mestre de Santiago, com hum grande presente & cartas do Nautoquim principe da ilha Tanixumaa para el Rey dom Ioaõ o terceyro que santa gloria aja, & toda a sustancia do seu requerimento vinha fundada em lhe pedir quinhentos homens para có elles & com a sua gente conquistar esta ilha Lequia, & ficarlhe por isso tributario em cinco mil quintaes de cobre, & mil de latão em cada hum anno, a qual embaixada não ouue effeito por vir este recado a este reyno no Galeão em que se perdeo Manoel de Sousa de Sepulueda (Pinto 1998: 424).

No parecer de Mendes Pinto, com dois mil homens os portugueses seriam capazes de submeter a ilha e o arquipélago, alcançando mais proveito e com menos esforço comparativamente ao que se obtém da Índia:

Desta breue informação que tenho dado destes Lequios se pode entēder, & assi o cuydo eu pelo que vy, que com quaisquer dous mil homēs se tomara, & senhoreara esta ilha com todas as mais destes arcipelagos, donde resultará muyto mayor proueito que o que se tira da India, & com muyto menos custo assi de gente como de tudo o mais (Pinto 1998: 424-425).

Anotemos outra passagem dotada de traços imperialistas, onde se fazia precisamente questão de apontar para o domínio de um recinto alternativo às escolhas territoriais e consequentes ações até então efetivadas pelo poderio português:

pareceme que não virá fora de proposito tratar aquy; ainda que breuemente, do sitio, grandeza, abastança, riqueza, & fertilidade que vy neste reyno de Sião & imperio Sornau, & quanto mais proueitoso nos fora telo antes senhoreado que tudo quanto temos na India, & com muyto menos custo do que ategora nos tem feito (Pinto 1998: 583).

Documentemos com mais um extrato retirado da *Peregrinação*: “de então pera cà se não tratou mais deste descobrimento, que tão proueitoso parece que serà para o bẽ commum destes reynos, se nosso Senhor fosse seruido que esta ilha se viesse a descobrir” (Pinto 1998: 61). Em suma, como frisa João David Pinto-Correia, Fernão Mendes Pinto “relembra a oportunidade de anexação desta ou daquela parte” (Pinto-Correia 2002: 89; Coelho 2001: 217).

Devemos também avançar que, independentemente de alguns passos onde os portugueses são acusados pelos asiáticos de hipocrisia religiosa (“homēs que lhes parece que basta arreganhar os dentes ao Ceo sem satisfazer o que tẽ roubado”, 1998: 154), Mendes Pinto não deixa de acreditar na evangelização como elemento justificativo para o expansionismo lusitano (Soares e Soares 2019: 127-130). Com efeito, reafirma a necessidade de converter quando se depara com práticas, rituais e superstições, que convinha, portanto, combater, de povos ainda não cristianizados:

poderia ser que em algum tempo permeteria nosso Senhor que se achasse a nação Portuguesa com tãtas forças, & co espirito tão aleuantado, que [...] por estes meynos humanos, ajudados do seu fauor diuino, se dé a entender a estes

barbaros a verdade da nossa Fé Catholica, da qual elles por seus peccados andão tão alheyos (Pinto 1998: 312).

Sem espanto, chega a apelar as religiões orientais de “bestiais & diabolicas idolatrias” (Pinto 1998: 284).

São, aliás, significativos os episódios que revelam os sentimentos de júbilo que emergiam quando, no decurso das numerosas deambulações pela Ásia, se contactava com algum cristão que celebrava a sua fé em língua portuguesa, circunstância, por sinal, demonstrativa da combinação que sucedia amiudadamente entre estes dois elementos. É disso exemplo o tocante encontro ocorrido, numa cidade localizada no interior da China, entre Mendes Pinto e a alegada filha chinesa do infeliz embaixador luso Tomé Pires, que, desembarcado em 1517, em Cantão, permanecera cativo no espaço chinês até ao seu padecimento (Loureiro 1992: 112). Eis o trecho em causa, retirado do capítulo CXI, intitulado “*Como chegamos a hũa cidade que se dezia Sampitay, & do que passamos com hũa mulher cristam que achamos nella*”:

E dandonos com isto dous mazes de esmola como a pobres, nos encomendou muyto que não curassemos de fazer viagens compridas, onde Deos permitia fazer as vidas tão curtas; mas logo apos isto desabotoou a manga de hum jubão de citim roxo que trazia vestido, & arregaçando o braço nos mostrou hũa Cruz que nelle tinha esculpida como ferrete de Mouro, muyto bem feita, & nos disse, conhece por ventura algum de vos outros este sinal que a gête da verdade chama Cruz, ou ouuistelo algũa hora nomear? aque nós todos em o vendo, pondo os joelhos em terra co deuido acatamêto, & algüs com as lagrimas nos olhos respondemos que sy, a que ella dando hum grito, & leuando as mãos para o Ceo disse alto, Padre nosso que estàs nos Ceos, santificado seja o teu nome, & isto disseo na lingoagem Portuguesa, & tornando logo a falar Chim, como que não sabia mais do Portuguez que estas palauras, nos pedio muyto que lhe dissessemos se eramos Christaós, aque todos respondemos que sy (Pinto 1998: 255-256).

É um facto indiscutível que Mendes Pinto não abandona as suas convicções religiosas. Porém, imerso nos ambientes por onde circulou 21 anos, chega a revelar tolerância para com os outros. O questionamento que se coloca acerca do tratamento dado aos “infiéis” é uma novidade, como se vê no seguinte exemplo, onde Fernão Mendes Pinto demonstra uma inesperada piedade pelos mesmos:

Mais abaixo do valle [...] estaua hũa terrecena ou casa grande, que parecia ser templo daquella aldea, a qual estaua toda cheya de doentes, & feridos que

Coja Acem aly tinha em cura, entre os quais auia algũs Mouros parentes seus, & outros tambem honrados que elle trazia a soldo, que por todos eraõ nouenta & seis, estes em vendo Antonio de Faria, deraõ hũa grande grita como que lhe pedião misericórdia, a qual elle então não quis vsar com elles, dãdo por razão que se não podia dar vida a quem tantos Christãos tinha morto, & mãdandolhe por o fogo por seis ou sete partes, como a casa era de madeyra breada & cuberta de folha de palmeyra seca, ardeo de maneyra, que foy hũa espantosa cousa de ver, & em parte piadosa, pela horribilidade dos gritos que os miseraueis dauão dentro quando a labareda começou de se atear por todas as partes: algũs delles se quiseraõ lançar pelas frestas que a casa tinha por cima, porem os nossos, como magoados os receberaõ de maneyra, que no ar eraõ espetados em muytas chuças & lanças (Pinto 1998: 171).

Sublinhe-se que, no que diz respeito aos atos descontrolados praticados pelos portugueses, o autor de *Peregrinação* intenta, não raras vezes, justificá-los, recorrendo geralmente ao argumento da miséria humana: “parece que em parte nos desculpa ser a necessidade tamanha que nos forçou a fazermos desatino” (1998: 552). Registe-se igualmente que, em várias passagens, procura até demonstrar que os portugueses eram acarinhados ou valorados pelos nativos. Documentemos com o longo trecho que se segue:

E querendo este Rey Bramaa por grandeza de estado festejar esta entrega do Chaubainhaa, mandou que todos os capitaẽs estrangeyros com sua gente armada & vestida de festa se pusessem em duas fileyras a modo de rua para vir por ella o Chaubainhaa, o que logo foy feito, & esta rua tomaua desta porta da cidade até a sua tenda que seria distancia de dous terços de legoa, na qual rua estauão trinta & seys mil estrangeyros, de quarenta & duas naçoẽs, em que auia Portugueses, Gregos, Venezeanos, Turcos, Ianiçaros, Iudeus, Armenios, Tartaros, Mogores, Abe-xins, Raizbutos, Nobins, Coraçones, Persas, Tuparaas, Gizares, Tanocos da Arabia Felix, Malauares, Iaos, Achẽs, Moẽs, Siames, Lusoẽs da ilha Borneo, Chacomaas, Arracoẽs, Predins, Papuaas, Selebres, Mindanaos, Pegũs, Bramãs, Chaloẽs, Iaque-saloẽs, Sauadis, Tagus, Calaminhãs, Chaleus, Bengalas, Guzarates, Andraguirees, Menancabos, & outros muytos mais a que não soube os nomes. Estas naçoẽs todas se puseraõ na ordem que lhe foy mandado pelo Xemimbrum mestre do campo, o qual pos os Portugueses na dianteyra de todos, que era junto com a porta da cidade por onde o Chaubainhaa auia de sayr, & logo apos elles os Armenios, & logo os Ianiçaros & os Turcos, & todos os mais nos lugares que lhe a elle bem pareceo, & com esta ordem chegaua esta gente estrangeyra, como já disse até o dopo del Rey, onde estaua a gente Bramaa da guarda do campo (Pinto 1998: 447).

Como já se indicou, a *Peregrinação* não deixa de comportar no seu seio personagens que lançam duras críticas a certos procedimentos levados a cabo

pelos portugueses. Podemos adiantar a violência destrutiva, a desumanidade, a cobiça, “cegos, & atolados em suas cubiças & interesses”, como é possível ler no capítulo XXII (Pinto 1998: 66), ou as divergências reinantes entre os lusos, desentendimentos duplamente condenáveis quando alicerçados em razões de considerável futilidade. Sabendo que o autor intentava exhibir os pontos de vista presentes no espaço asiático e nesta romaria pela vida, não é complicado descortinar momentos em que o olhar oriental põe seriamente em causa a moralidade das conquistas portuguesas:

esteue hum pouco suspenso, & bulindo tres ou quatro vezes com a cabeça disse, para hũ homem velho que estaua junto delle, conquistar esta gẽte terra tão alongada da sua patria, dá claramente a entender que deue de auer entre elles muyta cubiça & pouca justiça, a que o velho, que se chamaua Raja Benão, respondeo, assi parece que deue ser, porque homens que por industria & engenho voão por cima das agoas todas, por aquirirem o que Deos lhes não deu, ou a pobreza nelles he tanta que de todo lhes faz esquecer a sua patria, ou a vaydade, & a cegueyra que lhes causa a sua cobiça he tamanha que por ella negão a Deos, & a seus pays (Pinto 1998: 357-358).

A obra não esconde a percepção de que aquilo que fora edificado no universo asiático poderia ser posto em causa pelos defeitos e pecados dos portugueses (Correia 2002: 84):

parece que as nossas cousas que agora correm na China, & a quietação & confiança com que tratamos com ella, auendo que estas pazes que ella tem com nosco são firmes & seguras, não durarão mais que em quanto nossos peccados não ordenarem que aja algum motiuo como os passados para ella aleuantar contra nós o qual nosso Senhor não permita pela sua infinita misericordia (Pinto 1998: 701-702).

Convém precisar que situações como o recurso à violência constituíam uma prática recorrente da pirataria e do corso que vingavam nas águas do Oriente em meados de Quinhentos, independentemente do envolvimento português, e que, na ótica de um estudioso como Carlos Jorge (1999), não existe na obra “qualquer distinção maniqueísta entre ocidentais e orientais”, conforme sintetiza nestas palavras Luís Nepomuceno (2013: 51). Isto é, os atos agressivos, impiedosos e perversos não são monopólio de nenhum campo. Na realidade, o que a *Peregrinação* faz é dar conta de um mundo politicamente instável e bastante belicoso, do qual Mendes Pinto e os seus companheiros participaram e se sentiram, com frequência, vítimas, e onde,

como é óbvio, os asiáticos tinham uma elevada quota-parte da responsabilidade. Com efeito, é necessário ter presente que circulam no livro numerosas considerações acerca da selvajaria, da malvadez e da inclemência refletidas na conduta de diversos monarcas do Oriente. Chega-se inclusivamente, e a título exemplificativo, a classificar o rei Bramá de “o tyranno Bramaa” (Pinto 1998: 464), designação que reveste igualmente o “tyranno Xemin de Çatão” (Pinto 1998: 590). No fundo, como observa Luís Nepomuceno, “crueldade, brutalidade, desumanidade são termos que se multiplicam no livro, quando se aplicam à descrição dos tiranos do mundo oriental” (Nepomuceno 2013: 58; Nepomuceno 2016). Adite-se, contudo, que “generosidade, brandura e justiça são termos que também se multiplicam no livro, ao se fazer a descrição dos monarcas pacifistas e defensores legítimos de sua terra e de sua gente”, recorda o mesmo investigador (Nepomuceno 2013: 58). Por exemplo, a ser verdade o que se dizia a seu respeito, o rei de Sião brotava como “o melhor Rey Gentio que nunca ouue naquella terra, & no seu tempo em nenhũa outra parte do mundo” (Pinto 1998: 562).

Acrescente-se ainda que não é despiendo afirmar que entre “António de Faria, o perigoso pirata dos mares orientais, e Francisco Xavier, o santo missionário se distribuíram a multicolorida panóplia de portugueses andarielhos no Oriente”, usando palavras de Marília dos Santos Lopes (2015: 87).

Explícite-se também que é legítimo sustentar que o aventureiro Mendes Pinto constituiu uma espécie de espelho da plasticidade evidenciada pelos portugueses, os quais, “apanhados pelos tufões meteorológicos, civilizacionais e políticos”,

mudavam continuamente de pele: hoje soldados, amanhã mercadores e corsários, no outro dia trânsfugas e mercenários, armados com as espadas, as lanças, as poderosas armas de fogo e a couraça das crenças e cultura, a cada passo esbarrondadas pelas culturas diferentes, e sempre fortemente marcados por elas (Coelho 2001: 208-209).

Na ótica de alguns estudiosos, a *Peregrinação* revelou-se um livro de deslumbramentos vários, na medida em que é possível encontrar um *Eu* que fica fascinado com o que vê, absorto perante uma realidade que ultrapassa o convencional. Como já se mencionou, a *Peregrinação* está longe de se confinar à exposição dos “trabalhos & infortúnios” (Pinto 1998: 13) do “pobre de mim” (Pinto 1998: 27). O sentimento de assombro é inquestionável se tivermos até em atenção a forma como na obra são observados e descritos os ambientes, a fauna, as crenças, os povos, as culturas e civilizações

ignotas ou pouco conhecidas. Realmente, nota-se que Fernão Mendes Pinto está sempre muito atento a todos os pormenores: “à riqueza, às minas, aos mantimentos, às mercadorias, ao negócio, aos acontecimentos políticos, à organização social, ao vestuário, aos edifícios, às crenças, à música” (Coelho 2001: 207). Indo um pouco mais longe, é notório que consegue “colocar-se na perspectiva do *outro*, por muito afastado que esse *outro* estivesse de si, em convicções, interesses, hábitos, grau ou tipo de cultura. Por isso a sua visão dos homens e da vida não é unilateral”, escreve Aníbal Pinto de Castro (1993: 32). Como é sabido, a presença do *Outro* é um elemento-chave na *Peregrinação*, uma presença e uma especificidade em que se mostra que o autor tem uma sensibilidade diversificada e atenta na compreensão de civilizações estranhas ou diferentes (Soares e Soares 2019: 115-133).

António Borges Coelho lembra que “o eixo privilegiado dos feitos da *Peregrinação* é o mundo aberto e sustentado pelas portas de Malaca” (Coelho 2001: 206). De entre os vários lugares retratados, torna-se impossível não fazer menção ao Japão que, embora ocupe tão-somente cerca de um décimo da matéria narrativa da *Peregrinação*, assume, no entanto, uma relevância indiscutível no livro em estudo, quer pela ressonância da sua descoberta, quer pela curiosidade económica e missionária que produz em seu torno (Moniz 1999: 154). Fernão Mendes Pinto, participando da visita dos navegadores portugueses a terras japonesas, em que alguns defendem ter sido pioneiro, descreve os seus habitantes como gente amável, sociável, com uma admirável capacidade de absorção de novidades que lhes chegam por parte dos estrangeiros (Castro 1993: 36). Veja-se o exemplo que se segue, retirado da obra em análise:

ora em ver as suas festas, as suas casas de oração, os seus exercicios de guerra, os seus nauios darmada, & as suas pescarias e caças a que são muyto affeioados, principalmente às de altenaria com falcoens & açores ao nosso modo, & alguãs vezes passaua tambem o tempo com a minha espingarda, matando muytas rolas, & pombos, & codornizes, de que a terra era bem abastada. Os desta terra, para quem este modo de tiro de fogo foy cousa tão noua como para os de Tanixumaa, vendo hũa cousa que até então naõ tinhaõ visto, foy tamanho o caso que fizeraõ disso, que o não sey encarecer (Pinto 1998: 399).

Esta capacidade de aprendizagem está expressa, notoriamente, no âmbito da aceitação de certas inovações tecnológicas com grande impacto nas vertentes social, política e cultural do universo nipónico.

Acontece, porém, que o país mais admirado na *Peregrinação* é o exótico

Império Chinês, de “grandíssima ordem & marauilhoso governo” (Pinto 1998: 327). Com efeito, como especifica Marília dos Santos Lopes,

o fascínio pela civilização chinesa, considerada por muitos escritores portugueses como a sociedade ideal que os homens de letras europeus tanto sonhavam e desejavam – este o voto expresso pelo ilustre humanista, Thomas More, em 1516, na sua *Utopia* – será, na verdade, partilhado por muitos autores, nomeadamente, o mercador, corsário, capitão de navio e náufrago, por vezes rico, por fim pobre, Fernão Mendes Pinto (Lopes 2015: 43).

Ao emergir como um império possante e com uma organização (quase) perfeita, pode inclusivamente aferir-se que, na ótica de Mendes Pinto, a China aparece como uma espécie de contramão à desordem, agressividade e falta de segurança que grassavam em boa parte do mundo daquela altura. Por esta ordem de ideias, também se torna legítimo sustentar que o Império Chinês vingava, em múltiplos aspetos, como uma lição de civilização dada ao próprio universo europeu (Machado 1983: 47). Além do destaque que merecem os elogios devotados à “justiça, & hum governo tão igual & tão excelente, que a todas as outras terras pode fazer inueja” (Pinto 1998: 284), é importante reparar que o deslumbramento verificado alcança tal intensidade que Mendes Pinto não teme em colocar Pequim, designada de “metropoli da Monarchia do mundo” (Pinto 1998: 301), num patamar superior quer em relação às maiores metrópoles ocidentais, segundo uma ordem que plausivelmente obedecia a uma hierarquia descendente (Roma, Constantinopla, Veneza, Paris, Londres, Sevilha, Lisboa), quer no que diz respeito às grandes capitais orientais (do Cairo, no Egipto, a Miacó, no Japão, etc.): “todas estas se não podem comparar com a mais pequena cousa deste grãde Pequim, quanto mais com toda a grandeza & sumptuosidade que tem em todas as suas cousas” (Pinto 1998: 309; cf. Moniz 1999: 143). Na verdade, como muito bem observa António Borges Coelho, “não é pouco ousar colocar uma cidade asiática muito acima das maiores cidades europeias nem situar na Ásia as principais metrópoles do seu tempo” (Coelho 2001: 208).

No livro de Fernão Mendes Pinto, inúmeros aspetos da sociedade chinesa e da sua mais ilustre montra, a cidade de Pequim, são, por assim dizer, utopicamente admirados, tais como: a urbanidade, a arquitetura dos edifícios, a conceção urbanística, os incomensuráveis proventos económicos, a elevada abundância de produtos, a densidade demográfica em associação com o dinamismo comercial e a pujante navegação, a segurança dos cidadãos, sem esquecer a magnífica organização e operacionalidade das insti-

tuições de natureza política. Vejamos alguns termos utilizados que sugerem uma sociedade modelar, alicerçada na ordem, na justiça e na abundância: “Soberbos edificios, infinita riqueza, sobejissima fartura & abundância de todas as cousas necessarias, gente, trato, & embarcações sem conto, justiça, governo, corte pacifica” (Pinto 1998: 309; cf. Moniz 1999: 143-144).

Convém ainda salientar que, apesar de descrever várias das grandezas elencadas, por diversas vezes Mendes Pinto admite a sua incapacidade de traduzir por palavras o nunca visto. Em certas ocasiões, sente-se inclusivamente perdido na hora de expor os pormenores:

Esta cidade do Pequim de que promety dar mais algũa informação da que tenho dada, he de tal maneyra, & tais são todas as cousas della, que quasi me arrependo do que tenho prometido, porque realmente não sey por onde comece a cumprir minha promessa (Pinto 1998: 309).

Não obstante, tal como escreve João Carvalho, “a China seria perfeita (ou quase) se fosse cristã” (s. d.: 53). De facto, a leitura do livro *Peregrinação* revela que é no domínio da religião que se torna mais nítido o eurocentrismo mendesiano. Afinal, para os portugueses de Quinhentos, a componente religiosa estatua a distinção entre civilizações. Não é nenhuma novidade que, no decurso dos séculos XV e XVI, a psicologia social que imperava junto dos homens da Cristandade/Europa, onde se situavam os nossos, se centrava largamente no fenómeno do cristianismo. Ora, a difusão do credo cristão por todo o orbe só se tornou plausível a partir da altura em que Portugal, que dispunha de um fundo ideológico em construção e através do qual a nação lusa tendia a figurar como novo Povo Eleito de Deus (pensemos no impacto de mitos como o de Ourique), iniciou, apoiando-se num arsenal de técnicas em aperfeiçoamento, a Epopeia dos Descobrimentos e das Conquistas Ultramarinas e, por consequência, o processo de descompartmentação das sociedades humanas.

Depois de tudo quanto foi dito, somos obrigados a valorar em Fernão Mendes Pinto traços como a curiosidade insaciável, a capacidade de aclimação e o “direito de antena” que concede ao *Outro*, permitindo-lhe até a verbalização de juízos negativos sobre os portugueses. Quando se fala na *Peregrinação*, não é despidendo afirmar que estamos na presença de uma obra intemporal. Mais do que um documento geográfico ou um volume que possa servir de plataforma para a fixação de uma cronologia (em rigor, tem evidentes falhas de consistência neste domínio), reparemos que, pela antiguidade que comporta, pela habilidade descritiva evidenciada (embora

os números reportados estejam, bastas vezes, inflacionados), pela coloração traçada, pelo pormenor da cultura e história de um continente asiático que estava a ser simultaneamente desvelado e projetado através do olhar dos europeus, mas sobretudo pelo rosário de sentimentos postos a nu, oscilando entre expressões de alegria e de sofrimento, a *Peregrinação* alcança efetivamente “os mais altos cumes da comunicação humana” (Coelho 2001: 199). Este carácter humanista não pode ser menosprezado.

Claro está que, em Fernão Mendes Pinto, “as imagens de si, construídas ao longo do livro, são modelos ou retratos de determinadas condições da aventura portuguesa no Oriente” (Nepomuceno 2013: 48-49). Enfim, este peregrino não foi um herói, isto no sentido triunfalista do termo, mas, sem pôr em causa a sua identidade religiosa ou negar a nacionalidade portuguesa, sobreviveu aos perigos e às dificuldades, ultrapassou as peripécias e conviveu com diversas culturas. Estamos efetivamente perante um perfeito cidadão do mundo, que consegue interagir e adaptar-se a múltiplos ambientes, mas que não deixa de regressar à terra que o vira nascer.

Referências bibliográficas

Barreto, Luís Filipe. 1998. *Fernão Mendes Pinto e os Mares da China*. Lisboa: Missão de Macau em Lisboa, Centro Científico e Cultural de Macau.

Carvalho, Célia. 1999. “Acerca da Autobiografia na Peregrinação”. In: Maria Alzira Seixo e Christine Zurach (org.), *O Discurso Literário da “Peregrinação”*. Lisboa: Edições Cosmos: 27-59.

Carvalho, João Carlos Andrade Firmino de. s.d.. “Luís de Camões e Fernão Mendes Pinto: dois contributos complementares para a construção do imaginário português de Quinhentos”, 45-55. Internet. Disponível em https://iberystyka-uw.home.pl/pdf/Dialogos-Lusofonia/Coloquio_ISII_UW_3_CARVALHO-Joao-Carlos-FIRMINO_ANDRADE-DE_Luis-de-Camoes-e-Fernao-Mendes-Pinto.pdf (consultado em 26 de setembro de 2016).

Castro, Aníbal Pinto de. 1993. *De Montemor-o-Velho às Ilhas do Japão. A Peregrinação de Fernão Mendes Pinto e o Encontro de Culturas*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.

Catz, Rebecca. 1981. *Fernão Mendes Pinto. Sátira e Anti-Cruzada na Peregrinação*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

_____. 1978. *A Sátira Social de Fernão Mendes Pinto. Análise Crítica da Peregrinação*. Lisboa: Prelo Editora.

Coelho, António Borges. 2001. *Política, Dinheiro e Fé. Questionar a História – V*. Lisboa: Caminho.

Correia, João David Pinto. 2002. *Peregrinação de Fernão Mendes Pinto. Apresen-*

tação Crítica, Antologia e Sugestões para Análise Literária. Lisboa: Edições Duarte Reis.

Costa, João Paulo Oliveira e. 2022. *Portugal na História – Uma Identidade*. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores.

Jorge, Carlos Jorge Figueiredo. 1999. “A Dimensão da Pirataria na *Peregrinação*. Poder e Contrapoder: uma ideologia da paródia”. In: Maria Alzira Seixo e Christine Zurbach (org.), *O Discurso Literário da “Peregrinação”*. Lisboa: Edições Cosmos: 61-93.

Lopes, Marília dos Santos. 2015. *Identidade em Viagem. Para uma História da Cultura Portuguesa*. Lisboa: Universidade Católica Editora.

Loureiro, Rui Manuel. 1992. “A Língua Portuguesa no Oriente (Séculos XVI -XVII)”. In: Ferronha, António Luís (coord.), *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda: 105-118.

_____. Reimpressão 2002, primeira edição 1999. “Visões da Ásia (Séculos XVI e XVII)”. In: Fernando Cristóvão (coord.), *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens. Estudos e Bibliografias*. Coimbra: Almedina e Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa: 337-353.

Lourenço, Eduardo. 1979. “*A Peregrinação e a Crítica Cultural Indirecta*”. In: Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, vol. 2, 2.^a ed. Lisboa: Edições Afrodite, XCVI-CII.

Machado, Álvaro Manuel. 1983. *O Mito do Oriente na Literatura Portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

Moniz, António. 1999. *Para uma Leitura de Peregrinação de Fernão Mendes Pinto*. Lisboa: Editorial Presença.

Nepomuceno, Luís André. 2013. “«Barbas Compridas, & Corpos de Ferro»: Fernão Mendes Pinto e o Império Português no Oriente”. *Revista Alpha*, n.º 14, Centro Universitário de Patos de Minas: 46-62.

Nepomuceno, Luís André. 2016. “Religião e identidade na *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto”. *Revista do SELL*, Uberaba, v. 5, n. 4, (2016): 1-15.

Pinto, Fernão Mendes. 1998. *Peregrinação*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Pinto, Paulo Jorge de Sousa. 2013. *Os Portugueses Descobriram a Austrália? 100 Perguntas sobre Factos, Dúvidas e Curiosidades dos Descobrimentos*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

Rego, António da Silva (ed.). 1992. *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Índia*, vol. III, 1543-1547. Lisboa: Fundação Oriente e Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Santos, João Marinho dos. 1998. *A Guerra e as Guerras na Expansão Portuguesa (Séculos XV e XVI)*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Saraiva, António José. 1958. *Fernão Mendes Pinto*. Lisboa: Publicações Europa -América.

_____. 1962. “Fernão Mendes Pinto ou a Sátira Picaresca da Ideologia Senhorial”. In: *História da Cultura em Portugal*, vol. III. Lisboa: Jornal do Fôro: 343-496.

Saraiva, Arnaldo. 2010. “A *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto Revisitada. A Sua Teoria Moderna da Viagem”, CEM, n.º 1, *Cultura, Espaço & Memória. Revista do*

CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço & Memória”, Dossier Temático “Viagens e Viajantes” (ed. Isabel Morujão): 129-142.

Soares, Maria Luísa de Castro; Soares, Maria João (2019). “A Imagem do Oriente, a Identidade Pessoal, a Visão do “Nós” e do “Outro”, na *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto”. In *Revista de Letras*, São Paulo, v.59, n.1, (jan./jun. 2019): 115-133.